

Questões de metodologia – parte 1

Leilah Santiago Bufrem

Leilah atualmente é Professora Titular do Curso de Gestão da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná. Membro de Conselhos Assessores de periódicos científicos. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Pesquisa e Perfil profissional em Informação, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura, práticas escolares e educação histórica e do Núcleo de Produção Científica (NPC) da Escola de Comunicações e Artes/USP. Membro do Conselho Fiscal da International Society for Knowledge Organization (ISKO-Brasil). Tem experiência na área de Ciência da Informação e Educação, com ênfase em Metodologia e Produção Científica. Graduada e licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1964), graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Paraná (1963). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1981), doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1991), pós-doutora pela Universidad Autónoma de Madrid (1995) e quatro especializações (Ação Cultural – 1987; Cultura Portuguesa – 1975; Métodos e Técnicas de Ensino – 1975; Teoria do Conhecimento – 1974). Tem livros e artigos publicados e orienta teses e dissertações de mestrado e doutorado.



Palavras-chave

Metodologia da pesquisa; Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação; Pesquisas científicas.

Keywords

Scientific method; Social Sciences; Information Science; Scientific research.

Antes de iniciar as reflexões originadas das perguntas, enfatizo o agradecimento aos estudantes que, com o entusiasmo apostolar de pesquisadores iniciantes, construíram um caminhar inteligente e instigante, com questões geradoras deste repensar da pesquisa. Elas mereceriam não modestas respostas como as que tentarei construir, mas ensaios ou teses, com recuperação de casos concretos, de teorias consolidadas e de transgressões desafiantes, não fossem as limitações de tempo e pertinência, em se tratando de uma entrevista para um número inaugural de periódico. E aos organizadores desse fascículo, responsáveis pela oportunidade, também agradeço a honra que me conferem, tentando vincular esforços para um resultado compatível com o valor das questões levantadas e o entusiasmo de realização de uma edição inaugural.

Leilah Santiago Bufrem

1. Existe um roteiro a seguir para a delimitação do tema de uma pesquisa, de modo a torná-la bem estruturada e exequível? Qual seria esse roteiro? Escolha pessoal ou imposta?

Estudos sobre escolhas e procedimentos de pesquisa científica reservam especial atenção à definição do tema e do problema, uma das fases mais significativas do processo, pelos cuidados e precisão que essa tarefa requer. Isso porque, somente com um sentido evidente do problema, após a realização de uma preliminar, mas cuidadosa análise da literatura, há condições de identificar aspectos, pouco ou nada explorados anteriormente, sobre o tema escolhido. Já nos assinalou Popper que a ciência ou o conhecimento não começaria de percepções ou observações, de uma coleção de fatos ou números, porém, mais propriamente, de problemas. Assim, não pode haver conhecimento sem problemas, mas tampouco há problema sem conhecimento, assim como não há problema sem ignorância (POPPER, 1978).

Pode-se mesmo afirmar que quanto maior é o conhecimento sobre um determinado tema, mais problemas são levantados pelo investigador que o domina, razão pela qual a análise da literatura por meio de leituras preliminares é especialmente importante, não apenas para aqueles cujo conhecimento sobre o tema é incipiente ou insatisfatório, mas também para os quais o aprofundamento nas questões permite identificar meandros, variáveis ou características capazes de provocar novas interrogações.

Percebe-se, portanto, em concordância com o argumento de Bachelard, que na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. Com efeito, a experiência nos mostra que eles podem ser reconhecidos nas experiências cotidianas de trabalho ou estudo, a partir das leituras teóricas, das necessidades pessoais ou profissionais, mas serão sempre uma forma de contradição a partir da contraposição ativa e consciente do sujeito com o meio circundante. Pode-se afirmar que, enquanto modo especial de contradição dialética, um problema representa uma dificuldade teórica ou prática, no conhecimento de algo cuja importância exige solução, em qualquer domínio do saber.

Mas somente a experiência não bastaria para responder a essa pergunta, pois, como diria Vandré (1968),

Quanto mais eu ando, mais vejo estrada
Mas se eu não caminho, eu sou é nada.

Fazer pesquisa é um caminhar intencional que permite a visão de muitas estradas e rumos. Impõe-se o reconhecimento desses caminhos, intenção que justifica a recorrência ao testemunho daqueles com quem caminhamos e dos quais usufruímos saberes, procurando fundamentar teoricamente nossas experiências. Isso porque o caminho não é um andar às cegas e a trajetória da pesquisa não se faz por ensaio e erro.

Quando a escolha do tema e do problema é pessoal, a pesquisa adquire um caráter histórico, pois suas questões decorrem de estudos e experiências anteriores. Assim, a escolha nunca se verifica no vazio, pois fatores internos como a curiosidade, a imaginação e a criatividade, aliados ao referencial de conhecimentos pessoais e às concepções filosóficas do pesquisador estimulam a sua resolução. Por outro lado, há pressões do contexto, razões políticas, institucionais ou empresariais, que podem ainda ser locais, regionais, nacionais ou internacionais. Além desses fatores, também podem contribuir para o exercício da escolha as determinações legais. Entretanto, sempre se deve levar em conta critérios como a *relevância* do problema, isso é, o interesse intelectual ou prático que ele revele. A esse critério estariam relacionados fatores como a *oportunidade* de se tentar resolvê-lo, o *comprometimento*, o *reconhecimento dos modismos* para evitá-los, assim como as *implicações políticas, sociais, econômicas ou culturais* concorrentes para sua resolução.

A modo de roteiro, podemos nos pautar nos seguintes critérios, tanto quando a escolha é livre e pessoal, quanto em caso de imposição do tema: o problema deve traduzir uma *dificuldade, preocupação, ou necessidade* sentida; sua definição

implica o *reconhecimento* do objeto, sujeitos ou agentes para os quais se voltará a pesquisa, do meio ambiente ou circunstâncias que os envolvem, dos fatores estimulantes ou influências mais evidentes, assim como das modificações, respostas ou alterações advindas da solução do problema, portanto, ele deve ser *relevante* e

sua resolução, significativa e viável. O terceiro critério seria a *originalidade*, seja em relação ao seu objeto, seja em relação ao modo como será pesquisado esse objeto, pois um problema pode ser relevante, mas não necessariamente original e vice-versa. Conciliar esses três critérios tem sido tarefa decisiva para o pesquisador.

2. Em um relato de pesquisa, qual o papel da introdução, e que informações deve conter? Citações na introdução podem conflitar com aquelas do referencial teórico?

A introdução situa o problema em seu contexto teórico e empírico, permitindo a compreensão do que vai ser apresentado ao longo da pesquisa, podendo conter um breve histórico sobre o problema definido, assim como as motivações que levaram o autor a realizar o estudo. Como parte inicial do texto, a introdução deve incluir os elementos necessários para contextualizar o tema e o problema, informar sobre os objetivos e o objeto da pesquisa, indicando sucinta e claramente o assunto, a área ou o campo de conhecimento e o período abrangidos pela pesquisa, enquanto elementos delimitadores, assim como a natureza e a importância do problema. Justificar o trabalho significa valorizar os aspectos que caracterizem sua relevância científica, social, institucional, legal

ou mesmo pessoal, esclarecendo o ponto de vista que o orienta. Parte do referencial teórico, com vistas a delimitar o objeto da pesquisa ou indicar a importância do problema, às vezes é incluída na introdução, o que não requer exaustividade, pois deve conter as referências necessárias para o embasamento dos pressupostos do trabalho. A introdução pode finalizar com uma questão de pesquisa ou com a formulação de hipóteses.

Também é na introdução que enunciamos os tópicos principais do texto, o roteiro ou ordem de exposição, sem, entretanto, mencionarmos os resultados, embora indicando que chegamos a eles.

3. O objetivo geral da pesquisa deve ser, obrigatoriamente, a resposta ao problema?

Prefiro trocar o termo obrigatoriamente por preferencialmente. Parece evidente que quando se define um problema como forma de orientar o estudo, o objetivo geral pode ser considerado o alvo da pesquisa, portanto, relacionado ao conteúdo intrínseco do problema. Ele esclarece e direciona o foco da pesquisa de modo abrangente e normalmente é redigido em uma frase, iniciada com o verbo no infinitivo. O objetivo geral pode se constituir, portanto, em proposta de solução a um problema crítico a resolver ou que explore uma oportunidade de transformação ou aperfeiçoamento. Pode, também, descrever o comportamento de uma característica ou

conjunto de características. Deve, portanto, ser claro, de modo a explicar o que realmente queremos com o estudo.

Além de definir o campo no qual está inserido o objeto da pesquisa, a enunciação do objetivo geral auxilia a delimitação da abrangência do estudo, a partir do que se definem modos de raciocínios e procedimentos a adotar. Portanto, além de se relacionar ao conteúdo intrínseco da pesquisa, o objetivo geral contribui para a explicitação do problema e deve ser enunciado quando se introduz o trabalho, para expressar claramente o que se pretende com a investigação.

4. A delimitação da pesquisa depende de clareza e bom delineamento, também quanto à ortografia e à gramática. Nesse sentido, como identificar verbos ideais para a redação de objetivos geral e específicos?

Na década de 1950, a *American Psychological Association* formou um grupo, liderado por Benjamim Bloom, para criar uma classificação de objetivos de processos educacionais, como forma de apoio à estruturação, organização, definição de objetivos e escolha de instrumentos de avaliação. Essa taxonomia partiu basicamente de três áreas não mutuamente exclusivas: a cognitiva, ligada ao saber, a afetiva, ligada a sentimentos e posturas e a psicomotora, ligada a ações físicas. A elas relacionam-se níveis de complexidade tais como: conhecimento; compreensão; aplicação; análise; síntese, avaliação; recepção; resposta; valorização; organização (de valores) e internalização. Esses níveis integram-se às ações dos sujeitos em seus contextos específicos e adquirem significados expressos em objetivos condizentes com as capacidades a adquirir. Como exemplo, quando se objetiva o conhecimento sobre critérios, regras e procedimentos, se esperam capacidades como adquirir, identificar, reconhecer, entre outras possibilidades expressas por verbos no infinitivo.

Como os processos de pesquisa e de ensino/aprendizagem são considerados indissociáveis, os objetivos de Bloom, originariamente destinados a facilitar a avaliação pedagógica têm sido um apoio mestre para a formulação de objetivos de pesquisa. Sua definição clara e estruturada, considerando-se a construção de conhecimento e de resultados adequados aos problemas que expressam as necessidades ou contradições a serem solucionadas, direcionará o processo de pesquisa para a escolha adequada de estratégias, métodos, delimitação do conteúdo específico, técnica e instrumentos de pesquisa e, consequentemente, para a avaliação dos resultados provisórios ou definitivos do processo de pesquisa.

A taxonomia de Bloom, portanto, possibilitou o ajustamento da linguagem no meio acadêmico e, com isso, o aperfeiçoamento do modo de definição, tanto de objetivos gerais, quanto específicos.

5. Considerando o seguinte exemplo: Quando o ambiente para a pesquisa de campo é de alunos de graduação em Gestão da Informação, e precisamos delimitá-lo com base em critérios tais como: o grupo deverá ser composto de alunos cujos pais não têm curso superior; alunos que estudaram em escolas públicas; alunos que moram a mais de dez quilômetros da Universidade; alunos de ambos os gêneros; o que difere/delimita a composição de um universo e a composição de uma amostra?

É importante distinguir inicialmente o que significa delimitação, recorte, universo e amostra. Ao delimitarmos um problema de pesquisa estamos definindo limites do que estarão ou não dentro de nosso campo de estudo, ou seja, definiremos os aspectos, características ou variáveis concernentes ao objeto de pesquisa. Também fazem parte desse processo demarcatório os recortes espaciais e o período de tempo relativo à exposição do objeto ou à realização da pesquisa. Essa delimitação é necessária à adequada definição e futura resolução do problema pois, além de descrever a área em que se insere, define a abrangência do estudo. Deve tanto determinar

o que vai ser tratado no estudo, quanto o que não vai sê-lo.

Os termos universo e população em geral têm sido tratados como sinônimos, para significar o conjunto de todos os casos que se adequam a algum conjunto de especificações pré-definidas, ou o conjunto de todos os indivíduos aos quais se aplicam características ou propriedades definidas.

A amostra seria o subconjunto do universo ou população, a partir do qual os dados são recolhidos e pelo qual se estabelecem ou se estimam as características selecionadas do todo,

na impossibilidade de estudá-lo em sua extensão. Aproveitando o exemplo dado por vocês, quando temos um universo de estudantes de graduação em Gestão da Informação, podemos definir inicialmente se ele abrange os indivíduos de todo o Brasil ou se o foco recairá sobre estudantes de outros países. No primeiro caso, teremos um universo mais reduzido e ele será menor ainda se nosso foco se dirigir apenas aos estudantes da Universidade Federal do Paraná. Teremos então um novo universo, delimitado a uma instituição. Se continuarmos utilizando critérios, dessa vez em relação àqueles estudantes cujos pais não têm curso superior, teremos um grupo ainda mais reduzido e, assim por diante, em relação àqueles que estudaram em escolas públicas, ou àqueles que moram a mais de dez quilômetros da Universidade. Podemos ainda focalizar estudantes de ambos os gêneros ou especificamente do gênero feminino. Sempre que, intencionalmente, definimos critérios para a escolha de indivíduos que participarão de nosso estudo em prol da resolução do problema proposto, estaremos constituindo novos universos e, quanto mais focamos e atribuímos qualidades específicas a um grupo, estaremos, a cada qualidade atribuída, constituindo novo universo, ou seja, um conjunto de indivíduos aos quais se aplica a ideia, o que não se caracterizará, entretanto, como amostra. Caso seja necessário um procedimento amostral,

aproveitando o mesmo exemplo que serviu para ilustrar a questão, poderíamos optar por uma amostra aleatória, realizando um sorteio entre todos os estudantes, a partir de uma lista completa de seus nomes e a utilização da tabela dos números aleatórios ou de um aparato de sorteio. Poderíamos, ainda, retirar de cada uma das turmas do Curso um percentual idêntico de estudantes para formar uma amostra representativa do todo.

Outra possibilidade é recorrer a uma amostra não-aleatória também chamada de não-probabilística, ou seja, uma amostra em que nem todos os indivíduos tenham a mesma probabilidade estatística de entrar na sua composição. Neste caso, não é possível assegurar que seja representativa de toda a população, nem inferir o grau de confiança para os parâmetros da população que nos interessam. É o caso da amostragem de conveniência, ou por acessibilidade, que pode ser ilustrada com o mesmo exemplo. Se solicitarmos aos estudantes do Curso, presentes na cantina em determinado e oportuno horário, que respondam ao nosso questionário, estaremos utilizando este tipo de amostra, com menor valor científico, pois não é representativa do todo e da qual não se pode calcular a margem de erro, embora seja válida como ferramenta exploratória.

6. Há limites - e quais são os impactos - de um número reduzido de respondentes em pesquisas qualitativas (tendo como enfoque a técnica de entrevista)?

A realidade alvo de qualquer estudo científico apresenta múltiplas facetas, do que resultam possibilidades diferenciadas de entendê-la. Voltamo-nos a ela com intenções explicitadas pela conduta da investigação, diante dos elementos que a determinam e que permitem a aproximação intelectual, na interação entre sujeito e objeto de pesquisa. A construção do objeto empírico nem sempre é fácil de concretizar devido às peculiaridades da realidade quando a ênfase recaia nos aspectos qualitativos.

Uma das características distintivas de uma pesquisa com enfoque qualitativo é a busca

de entendimento de um objeto ou fenômeno específico em profundidade. São priorizadas descrições, comparações e interpretações, em detrimento de estatísticas, regras e outras generalizações.

A pesquisa denominada qualitativa é mais participativa e, portanto, menos controlável. Os participantes da pesquisa podem direcionar o rumo da pesquisa em suas interações com o pesquisador. É a de ser mais adequada quando se deseja obter informações refratárias às medidas estatísticas, conservando-se a forma literal dos dados, o que enseja a percepção dos elos lógicos

e das relações entre fenômenos. Além de facilitar a percepção das relações de sentido entre as unidades ou as categorias que as unem, a pesquisa com enfoque qualitativo, pode penetrar em coisas concretas, mas ocultas, pois facilita a visão de elementos nem sempre notados ao primeiro olhar, o que na concepção de Ginzburg seriam os detritos ou refugos de nossa observação.

De um modo geral, pesquisas sob enfoque qualitativo realizam entrevistas, que exigem a definição de critérios para seleção dos sujeitos que comporão o universo ou amostra de investigação. A quantidade de componentes do grupo a entrevistar dificilmente pode ser determinada *a priori*, pois isso vai depender da qualidade das informações obtidas em cada entrevista, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações. A organização gradativa dos depoimentos relativos ao objeto da investigação vai ampliando as possibilidades de análise até que se atinja o chamado “ponto de saturação”, quando se dá por encerrado o trabalho.

Mas quando é muito amplo o universo ou população de estudo, coloca-se a questão da amostra e de sua representatividade. Há os defensores do procedimento de amostragem, para que os sujeitos participantes do processo de coleta de informações se constituam em grupo representativo do universo. Outro grupo defende a posição de busca exaustiva, de modo que todos os membros da população sejam consultados.

O que normalmente consideramos como amostra pode se converter em apenas um ou dois sujeitos numa pesquisa qualitativa, pois o critério de representatividade da amostra para esse tipo de pesquisa não é numérico. Essa amostra deve permitir que o pesquisador seja capaz de conhecer bem a realidade ou objeto em sua complexidade, intensificando sua busca nas características e qualidades perceptíveis, sem que a generalização dificulte seu propósito. Portanto, crucial para a definição da amostra é identificar os sujeitos cujas informações sejam mais significativas em relação ao problema investigado. Pode ser considerada uma amostra ideal aquela que reflete as múltiplas

dimensões do objeto de estudo.

É comum citar a entrevista como técnica exemplar de uma pesquisa com enfoque qualitativo, pois enquanto conversação pessoal entre um investigador que sabe o que deseja e um ou mais entrevistados que conhecem ou dispõem da fonte ou da informação desejada, ela favorece o aparecimento de sentimentos subjacentes a uma opinião expressa, assim como a obtenção de informações tanto complexas como emocionalmente carregadas.

A entrevista permite que se observem também as atitudes dos entrevistados, para que possam ser analisados profundamente, além das informações, a expressão de sentimentos, sensações, percepções, pensamentos, intenções, os comportamentos passados, entendimento de razões, significados e motivações dos sujeitos em relação ao objeto de pesquisa. A quantidade de pessoas entrevistadas deve, no entanto, permitir a reincidência de informações ou saturação dos dados, situação ocorrida quando nenhuma informação nova é acrescentada, portanto, a continuidade do processo de pesquisa torna-se inútil devido à redundância de informações. Portanto, os sujeitos sociais devem ser pesquisados em número suficiente para que se possa definir o momento de encerramento do processo, mas não exceder a dimensão de um estudo que não se volta à exaustividade, mas ao movimento deliberado de aprofundamento, numa superação dialética em prol de uma análise intensiva da realidade.

Resta acrescentar a essas reflexões, a partir das questões enunciadas, que a singularidade de cada situação de pesquisa impede fórmulas rígidas, padrões ou normas para a sua realização. A cada dúvida diante de decisões a tomar, especialmente do ponto de vista metodológico, desdobram-se modalidades alternativas e a cada realidade brotam sentidos diversos. Devemos tentar manter em nossa prática de pesquisa uma interação íntima entre o método como disciplina e o estudo em andamento, sempre conscientes do sentido do problema e determinados pela paixão para resolvê-lo.

Referências

POPPER, K. **La lógica de las ciencias sociales.**

México: Grijalbo, 1978.

VANDRÉ, G.; ACCIOLY, H. **O Plantador.** Álbum

Canto Geral: 1968.

Questões elaboradas pelos alunos do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação (PPCGI/SA/UFPR) e alunos do Curso de Graduação em Gestão da Informação (CGI/UFPR).
